

“CRISE DA CONJUNTURA” OU CRISE DO CAPITALISMO?

Introdução

Em Portugal, proliferam os jornais e as revistas que abordam temas na área económica. Na sua essência, limitam-se a reproduzir as perspectivas sobre a economia que são divulgadas pelos centros de decisão do capitalismo mundial.

Face aos interesses objectivos da esmagadora maioria dos portugueses, tais perspectivas são desadequadas; nomeadamente em períodos caracterizados por “crise da conjuntura económica”.

O presente artigo tem como intuito apresentar uma perspectiva diferente da situação económica portuguesa, demonstrando que a tal “crise da conjuntura” é, apenas, uma manifestação da lógica básica de funcionamento do capitalismo.

1. Apropriação de mais-valia e flexibilização laboral.

A lógica básica do sistema capitalista reside na apropriação, por parte dos detentores dos meios de produção, da riqueza criada pelos trabalhadores. Dito de uma forma mais pormenorizada, reside na *apropriação da mais-valia*; ou seja, da riqueza criada correspondente à diferença entre (1) o tempo de laboração do trabalhador, estipulado no contrato de compra e venda das suas faculdades físicas e mentais (o contrato de trabalho), e (2) o tempo de laboração socialmente necessário para produzir os bens e serviços necessários à reconstituição, desenvolvimento e perpetuação das faculdades físicas e mentais desse trabalhador. Essa apropriação possibilita a lógica seguinte - a *acumulação privada*; ou seja, a utilização maciça da mais-valia com vista a reforçar a capacidade produtiva do capitalista (o vulgarmente denominado “reinvestimento”), tornando-o mais produtivo e, portanto, mais competitivo face à concorrência.

Do referido no parágrafo anterior decorre que a *flexibilidade laboral* é um tema permanentemente inscrito na agenda do patronato e dos governos sintonizados com a lógica patronal. Ou seja, para se apropriar, o mais possível, da riqueza

criada pelos trabalhadores, o capitalista pretende ter a máxima liberdade para definir:

- quantos e quais os trabalhadores ao seu dispor;
- a quantidade de trabalho a prestar pela força laboral ao seu dispor (aspecto cronométrico - o “quanto trabalhar”), bem como o momento de prestação desse trabalho (aspecto cronológico - o “quando trabalhar”);
- a abrangência funcional e a localização dos trabalhadores ao seu dispor;
- as condições de remuneração da força laboral ao seu dispor.

Portanto, a acção do actual Governo PSD-PP neste domínio não é mais do que uma manifestação da lógica básica do sistema capitalista. E não tenhamos dúvidas: é dos mais valiosos serviços que o Governo pode prestar ao patronato.

2. Flexibilização laboral e desemprego.

A ameaça do desemprego, pelo temor que provoca nos trabalhadores, constitui uma arma importante para flexibilizar a relação laboral e, assim, aumentar a taxa de exploração da força de trabalho. Durante anos, os governos, quer do PSD quer do PS, apregoaram como sucesso da sua governação a existência de baixas taxas de desemprego em Portugal, face ao sucedido na generalidade da União Europeia; ignorando deliberadamente que, em Portugal, a relativamente baixa protecção material no desemprego gerava um relativamente maior temor do desemprego e, conseqüentemente, uma relativamente maior sujeição a condições laborais caracterizadas por “flexibilidade” (legal ou ilegal) - ou seja, condições laborais degradantes.

As estatísticas oficiais relativas ao desemprego baseiam-se em pressupostos fortemente criticáveis. No entanto, representam os dados disponíveis para análise e, pelo menos, mantêm a coerência ao longo de alguns anos. Ora, em Portugal, essas estatísticas revelam que, após um período de quatro anos (1997-2000) em que diminuiu a taxa de desemprego, em 2001 ela voltou a aumentar.

Cumulativamente, a Comissão Europeia, a OCDE e os analistas económicos são unânimes na afirmação de que a taxa de desemprego continuará a aumentar. Paralelamente, tudo indica que a protecção material no desemprego não melhorará. Está, assim, activado um factor propício a mais flexibilização laboral e exploração da força de trabalho.

Aumentando o desemprego, não admira que essas mesmas estatísticas oficiais venham simultaneamente revelando o avolumar dos trabalhadores com contrato não permanente e dos trabalhadores por conta própria (atenção, aqui, aos falsos independentes!) face aos trabalhadores com contrato permanente. Ou seja, o avolumar da precariedade laboral.

Finalmente, os salários continuarão a ressentir-se. As estatísticas demonstram, para o 1º semestre de 2002, um aumento médio entre tabelas salariais das convenções colectivas respeitantes ao sector privado inferior ao aumento médio em igual período de 2001.

3. Aumento dos preços, taxa de lucro e repartição da riqueza.

O aumento dos salários não implica aumento do preço dos produtos (bens e serviços), contrariamente ao que a generalidade dos analistas económicos refere. Implica, isso sim, aumento dos custos empresariais e, conseqüentemente, diminuição da taxa de lucro. O que sucede após o aumento dos salários, quando há condições para tal, é o aumento dos preços por parte dos capitalistas, a fim de aumentar os proveitos e, deste modo, repor as taxas de lucro que haviam diminuído.

Alternativamente, uma procura de produtos excessiva face à capacidade de produção dos mesmos leva os capitalistas a aumentar o preço desses produtos, aproveitando-se assim da escassez. Neste caso, a única solução duradoura para combater o aumento dos preços consiste em aumentar a capacidade produtiva, o que nem sempre é suficientemente lucrativo para interessar os capitalistas. Esta

contradição constitui, até, um argumento importante para a defesa de um sector produtivo com grande intervenção, em termos de propriedade e gestão, do Estado; que responda à necessidade de consumo e investimento dos particulares, das empresas e do Estado, e não ao interesse lucrativo de alguns.

Nos últimos anos tem-se reduzido a facilidade de os capitalistas nacionais aumentarem os preços dos bens que produzem e comercializam. De facto, a liberalização das trocas comerciais tem levado a que o aumento dos preços dos bens nacionais seja frequentemente impossibilitado, devido à entrada de bens concorrentes importados. Este factor é menos sentido no que respeita aos serviços; embora estes possam, frequentemente, ser prestados por empresas concorrentes estrangeiras que se instalem no território nacional. A confirmá-lo, as estatísticas oficiais atribuem a responsabilidade principal pelo aumento dos preços para o consumidor, no final de 2001 e no início de 2002, ao aumento do preço dos serviços.

No entanto, apesar de vivermos com taxas de inflação inferiores às dos anos 80, em 2000 e em 2001 houve agravamento da taxa de inflação. Este agravamento acentuar-se-á significativamente em 2002 - em parte, devido ao aumento da taxa de IVA - prejudicando assim os (relativamente fracos) aumentos salariais verificados neste ano. E, por esta via, chegamos à função da inflação enquanto instrumento ao serviço da repartição da riqueza criada a favor da classe capitalista - é que, o aumento dos salários, embora pareça elevado, é fictício visto ser absorvido pelo aumento dos preços. Veja-se o sucedido em Portugal, por exemplo, na segunda metade da década de 80: taxas de inflação relativamente altas foram acompanhadas de quebra na percentagem da riqueza atribuída aos trabalhadores.

4. Taxa de juro e nível de actividade económica.

O juro pago pelos capitalistas, quer “produtores” (tipicamente, os industriais e os agrícolas) quer comerciais, constitui a parte da mais-valia que é arrecadada pelos

capitalistas financeiros (tipicamente, os banqueiros). Ao fim e ao cabo, quando se fala do montante do juro o que está em causa é a distribuição da mais-valia entre, por um lado, os capitalistas “produtores” e comerciais e, por outro lado, os capitalistas financeiros. Ora, a gradual predominância do capital financeiro na economia tem levado a que a distribuição referida se processe, cada vez mais, em benefício dos banqueiros e afins. Este facto constitui um forte motivo para que os industriais e os latifundiários procurem aumentar, permanentemente, a mais-valia que extraem aos trabalhadores; tentando, assim, compensar a parcela cada vez maior que lhe é retirada pelos confrades banqueiros. Portanto, a gradual predominância do capital financeiro tem-se traduzido num incentivo, quer para a flexibilização laboral em espaços económicos onde existe alguma tradição de direitos laborais quer para a deslocação da actividade produtiva para espaços económicos onde tais direitos são escassos.

Frequentemente, os capitalistas “produtores” e comerciais de maior dimensão procuram alargar as suas operações para a área financeira, de modo a tornar o mais possível o recurso a financiadores externos. Contudo, para os pequenos e médios empresários, o recurso aos financiadores externos é frequentemente a única via para obterem o capital necessário e, também frequentemente, a via mais rápida para a dependência e a ruína.

As estatísticas oficiais referem as taxas de juro existentes e a sua evolução, não explicitando o que elas representam em termos de absorção da mais-valia; embora a apreciação de empresários, analistas e responsáveis financeiros permita concluir algo a este respeito. Analisando o que existe, durante o primeiro trimestre de 2002 a taxa média de desconto (financiamento a curto prazo) aumentou, contrariando a descida verificada durante 2001. Ao fim e ao cabo, apresentou uma evolução idêntica à da taxa de referência *euribor* a 3 meses. De igual modo, a taxa média do financiamento a longo prazo aumentou, contrariando (também) a tendência de estabilidade verificada durante 2001; e também aqui se verificou uma evolução

idêntica à da taxa média da *zona euro*. Apesar desta tendência, as perspectivas para o final de 2002 são maioritariamente a favor da descida das taxas de juro, tentando assim satisfazer os capitalistas “produtores” e comerciais.

Por seu turno, a actividade produtiva global cresceu menos em 2001 do que em 2000; tendência que, segundo as previsões da Comissão Europeia e da OCDE, se irá manter em 2002. Este abrandamento deveu-se / deve-se à maior contenção da procura por parte dos consumidores (particulares e Estado), por parte dos empresários e por parte dos clientes fora do País. Esta contenção da procura está sintonizada com a quebra da confiança, quer dos consumidores particulares quer dos capitalistas. No caso dos consumidores particulares, o nível de confiança é o mais baixo desde meados dos anos 80; o que se justifica pela situação a nível do desemprego, da precariedade laboral e dos salários reais referida nos pontos 1., 2. e 3. do presente texto. No caso dos capitalistas industriais, seja da indústria em geral seja da construção, a confiança está igualmente fraca; quer devido à fraca confiança dos consumidores quer, por exemplo, porque é esperada uma queda na procura de habitação durante os próximos cinco anos. E se o investimento não está pior - a Comissão Europeia e a OCDE prevêem o aumento do investimento em 2002, contrariando a redução absoluta verificada em 2001 - tal facto deve-se, em grande medida, ao investimento efectuado pelo Estado, que vem sustentando a actividade de empresas de construção e obras públicas.

A quebra efectiva e prevista do consumo e da actividade produtiva é o tema económico de maior relevo na actualidade da União Europeia e dos EUA-Canadá. Sucedem-se as “revisões em baixa” das estimativas económicas. Diz-se e rediz-se que os consumidores estão descrentes ou, pelo menos, desconfiados. Em Portugal, os proprietários dos restaurantes já reclamam contra o aumento da taxa de IVA, que responsabilizam grandemente pela quebra do consumo.

Na raiz do problema em apreço está a concentração do rendimento nacional, que se verifica na generalidade dos países da OCDE, associada à manutenção e

agravamento da miséria generalizada em muitos países fora da OCDE. Esta concentração da riqueza nos bolsos de uma minoria gera concentração da procura de bens e serviços e, por decorrência, alteração do aparelho produtivo. De facto, para quê aumentar ou, até, manter a produção de bens consumidos pela generalidade da população, se esta tem cada vez menos dinheiro para adquirir esses bens? Em contrapartida, justifica-se aumentar a produção de bens de luxo, para atender ao consumo crescente dos mesmos. Contudo, o acréscimo da produção destinada a uma minoria cada vez mais rica não compensa o decréscimo da produção destinada à grande massa populacional. Portanto, bloqueia o consumo global e, por decorrência, bloqueia o investimento global e reduz-se o aparelho produtivo (com falências de permeio). Gera-se desemprego e, via flexibilidade laboral, aumenta a exploração da força de trabalho; logo, aumenta a concentração da riqueza e reinicia-se o ciclo. Cumulativamente, o consumo dos capitalistas vê-se limitado pela necessidade de aplicar parcelas cada vez maiores do lucro em tecnologia produtiva, a fim de aumentar a produtividade e, assim, superar uma concorrência cada vez mais agressiva. Finalmente, o acréscimo de tecnologia produtiva face à mão-de-obra, num período em que a produção está estagnada, também não contribui para o aumento do consumo.

Ora, como a realidade vem comprovando - no Japão, desde há vários anos - não há descida da taxa de juro que dinamize de forma estável uma economia que entrou aceleradamente neste ciclo degradante.

5. Exportação e importação de mercadorias.

Em termos geográficos, o mais relevante no comércio externo português é a clara predominância do relacionamento com a União Europeia - quer em termos de exportações quer em termos de importações. Para além deste facto, realçamos apenas o saldo negativo proveniente da nossa relação comercial com os países exportadores de petróleo.

Em termos de produtos, as *exportações* portuguesas continuam a ser lideradas pelos “têxteis, vestuário e calçado”, embora esta liderança seja menos ostensiva actualmente do que no início da década de 90. Efectivamente, tem-se avolumado a exportação de “material de transporte”, facto derivado da instalação em Portugal de produtores de automóveis - só a AUTOEUROPA é responsável por 11% das exportações portuguesas. Tem-se avolumado, também, a exportação de “maquinaria”.

O acréscimo da exportação, quer de “material de transporte” quer de “maquinaria”, está associado ao acréscimo do investimento directo estrangeiro em Portugal, conforme pode ser comprovado pelas estatísticas oficiais. Ora, sem negar a vertente positiva deste investimento, realçamos igualmente a sua vertente negativa; ou seja, o acréscimo da dependência nacional face às decisões tomadas por capitalistas situados fora do território nacional. É um aspecto particularmente preocupante na actualidade, devido à permanente ameaça de deslocação geográfica das empresas; procurando os dirigentes das transnacionais, por via desta ameaça, pressionar o poder político e as populações de modo a obter taxas mais elevadas de exploração da força de trabalho. Por exemplo, imaginemos as consequências que teria - sobre as exportações, sobre a actividade da indústria nacional e sobre o nível de emprego - a decisão súbita de encerrar a AUTOEUROPA e reimplantá-la, por exemplo, na Irlanda ou na Polónia; sabendo nós antecipadamente que ninguém em Portugal pode opor-se significativamente a tal decisão. Há, portanto, algo de fictício neste súbito acréscimo de relevância das exportações de “material de transporte” e “maquinaria”.

Quanto às *importações*, mantém-se a tradicional preponderância dos grupos “maquinaria” e “material de transporte”. Neste caso, ao contrário do sucedido com as exportações, esta preponderância representa uma real debilidade do aparelho produtivo do País; ou seja, para desenvolvermos o aparelho produtivo necessitamos muito de maquinaria e material de transporte... que temos, em

grande medida, de importar. A este respeito, é sintomático que a previsão da Comissão Europeia para a economia portuguesa em 2002 contemple, apenas e simultaneamente, duas variações positivas: o aumento do investimento e o aumento da taxa real de crescimento das importações.

Finalmente, o crónico agravamento anual do défice da balança comercial portuguesa (exportações - importações), interrompido em 2001, ano em que se obteve um défice inferior ao de 2000, está a ser retomado em 2002 e a Comissão Europeia prevê que essa “retoma” se irá manter durante todo o ano.

6. Receitas e despesas do Estado.

O tratado que instituiu a União Europeia definiu um regime orçamental do qual decorre que o défice do orçamento (receitas - despesas) dos Estados membros deve ser menor ou igual a 3% do respectivo Produto Interno Bruto (PIB).

A contenção do défice orçamental do Estado e da dívida pública, imposta por Bruxelas, tem como objectivo essencial reduzir a necessidade de os Estados membros recorrerem ao mercado de capitais, a fim de financiar tal défice; e, desta forma, visa reduzir o custo do dinheiro para os capitalistas. Efectivamente, para igual taxa de juro a generalidade dos investidores prefere adquirir títulos do Estado, que têm risco menor; logo, havendo um volume significativo de títulos do Estado à venda, os capitalistas terão de pagar juros superiores (aos pagos por estes títulos) a fim de conseguirem quem lhes empreste o dinheiro.

A contenção do défice orçamental do Estado português tem sido uma causa da alienação de empresas públicas - há que obter receitas a todo o custo... Contudo, paralelamente proliferam os escandalosos benefícios fiscais aos capitalistas - veja-se o caso das empresas bancárias. Cumulativamente, a contabilidade de muitas empresas revela prejuízo, ano após ano, e os responsáveis políticos do Ministério das Finanças parecem considerar este facto como normal, não justificativo de acréscimo da fiscalização tributária. Finalmente, quando se detectam fraudes

fiscais, surgem posteriormente notícias revelando a prescrição dos respectivos processos judiciais. Assim sendo, não admira que o Dr. Medina Carreira tenha afirmado, há algum tempo, que apenas 48% do Rendimento Nacional português era tributado. Desta forma as receitas do Estado ressentem-se e, como tal, tudo o resto constante, mais facilmente se atinge o tal défice de 3% do PIB. Ora, em relação a 2001, mais uma vez se ouve lamentar o facto de as receitas terem ficado aquém do valor previsto; e até, de o défice ter ultrapassado os 3% do PIB. E em relação a 2002, ainda o ano não acabou e já começamos a ouvir a mesma cantilena.

Mas há que cumprir a “disciplina orçamental” imposta por Bruxelas! Vai daí, o Governo PSD-PP prestou mais um serviço ao grande capital: optou por tentar aumentar as receitas do Estado à custa do aumento da taxa do IVA, um imposto que incide sobre o consumo, não atendendo ao rendimento de cada um - patrões e trabalhadores, quando compram sapatos, pagam idêntica taxa de IVA.

A contenção do défice orçamental do Estado português tem sido também, e tudo indica que vai continuar a ser, uma causa do retraimento da função social do Estado - há que cortar despesas... Ora, este último aspecto é tanto mais gravoso quanto nos estamos a referir a Portugal: um país onde o acréscimo da intervenção pública é urgente para propiciar um nível generalizado de prestações sociais (saúde, educação, segurança social,...) semelhante ao verificado em países que - a crer no metralhar dos *media* dominantes - até constituem exemplo a seguir.

Conclusão

Para os gestores do sistema - cada vez mais situados fora do território português - o desemprego, a flexibilização laboral e a inflação continuarão a ser instrumentos ao serviço da apropriação de riqueza a favor de uns quantos. Tais indivíduos procurarão, apenas, evitar que a utilização destes instrumentos tenha, também, consequências perniciosas para os interesses das facções dominantes do capital.

A quebra da actividade económica, a debilitação do aparelho produtivo português e a quebra das funções sociais do Estado são e serão o resultado inevitável de uma política que visa, essencialmente, satisfazer os interesses dos grandes capitalistas portugueses e estrangeiros.

Ao fim e ao cabo, a “crise da conjuntura” é apenas a manifestação da incapacidade estrutural do sistema para satisfazer as exigências do ser humano que, face ao actual nível de desenvolvimento das forças produtivas, se podem considerar básicas e legítimas. Como tal, só o derrube dessa estrutura poderá trazer benefícios significativos e estáveis para a esmagadora maioria da população portuguesa; o que, por seu turno, exige inevitavelmente:

- a constituição de uma ampla frente social anti-capitalista, onde é imprescindível a presença formal do PCP;
- a cooperação estreita com partidos comunistas e frentes sociais de outros países, a fim de responder à globalização do capitalismo com a globalização da luta anti-capitalista.